

NA MIRA DO TCU OBRAS ESTAVAM SENDO FEITAS NAS RODOVIAS FEDERAIS QUE CORTAM O ESTADO E NOS PORTOS DE VITÓRIA E DE CAPUABA

Dez obras do ES são paralisadas por suspeita de superfaturamento

Tribunal de Contas da União identificou irregularidades em projetos que somam R\$ 165 milhões

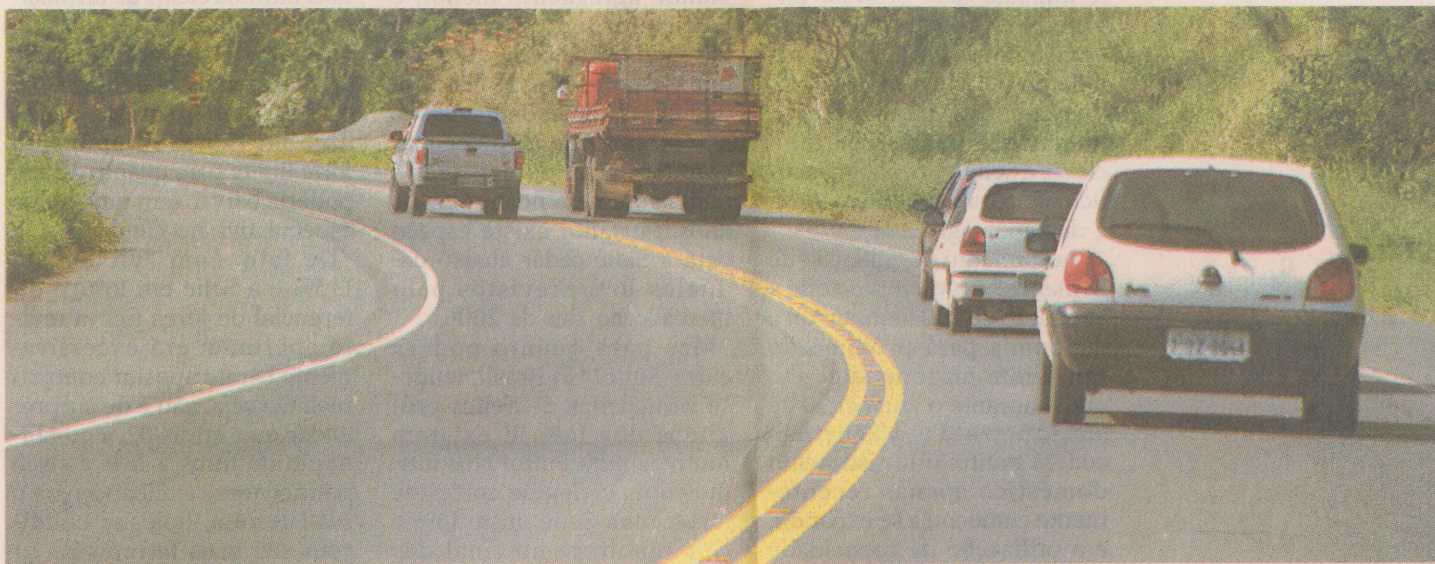
KENIA AMARAL

kamaral@redgazeta.com.br

BRASÍLIA. O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades em dez obras realizadas no Espírito Santo no ano de 2002, orçadas em cerca de R\$ 165 milhões. O motivo seria superfaturamento, o que teria motivado a paralisação das construções. Oito delas estavam sendo realizadas em rodovias federais que cortam o Estado e duas nos portos de Vitória e de Capuaba.

Os contratos foram assinados no governo José Ignácio Ferreira, mas muitos deles já tiveram as pendências solucionadas, como os portuários. A suspeita de superfaturamento foi identificada em oito projetos que estavam sendo feitos em estradas federais no Estado.

Segundo o coordenador do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Denit), Hélio Bahia, os trechos mais relevantes são os da BR 101 Norte, entre Pedro Canário e Linhares; BR 262, que liga Viana a Cariacica; BR 393, entre Muqui e Bom Jesus do Norte; e BR 342, que vai de Nova Venécia até a divisa com Minas, passando por Ecoporanga.



ESTRADA. Obra na BR 262, no trecho que liga Viana a Cariacica, está na lista das suspeitas. FOTO: GILDO LOYOLA

Conforme explicou Hélio Bahia, o TCU paralisa toda obra que tenha qualquer indício de irregularidade. No caso dessas quatro, o superfaturamento foi identificado e, por isso, as obras estão embargadas até hoje. Entretanto, ele ressalta que falta pouco para as restaurações terminarem.

“Na BR 101, 85% do trecho já foi restaurado. Na BR 262, já têm 95% das obras prontas. A BR 393, a restauração deve ser liberada em breve. O trecho mais crítico é na BR 342, que vai de Nova Venécia à divisa com Minas. Em 2003, 2004 e 2005 não foram caracterizadas irregularidades, mas em 2002 sim”, contou.

Portos. Já a situação dos portos é menos complicada. De acordo com a assessoria de imprensa da Companhia

Docas do Espírito Santo (Codesa), os problemas identificados nos dois portos capixabas estavam relacionados aos projetos das obras.

No caso do Porto de Vitória, a proposta previa a construção dos berços 101 e 102, além de defensas para atracação dos navios. Entretanto, na avaliação do TCU, o projeto não atendia às necessidades do porto. Ele já foi refeito e liberado pelo tribunal. A obra, estimada em R\$ 1,6 milhão, já foi licitada e deve começar em breve. A previsão de término é em abril de 2006.

Quanto ao Cais de Capuaba, as obras também seriam realizadas em berços de atracação (201 e 202). Um problema no projeto fez com que o TCU embargasse a sua execução. A obra – orçada em R\$ 3 milhões – foi aprovada e deverá estar concluída até março de 2006.

Relatório impede liberação de verba

O complicador dessas irregularidades em obras é porque cópias do relatório do TCU foram encaminhadas para o Congresso Nacional. De acordo com o deputado federal Renato Casagrande, que é membro da Comissão de Orçamento, isso prejudica a liberação de verbas para a continuidade das obras. “Infelizmente, com essas irregularidades, não podemos contar com dotação orçamentária para que nós possamos concluir essas obras. Por isso que é importante que o Denit e a Codesa possam cobrar das empresas vencedoras da licitação que apressem uma solução”, analisou Casagrande.

AS OBRAS

- BR-101 Norte – de Pedro Canário a Linhares
 - BR-262 – de Viana a Cariacica
 - BR-393 – de Muqui a Bom Jesus do Norte
 - BR-342 – de Nova Venécia até a divisa com Minas Gerais, passando por Ecoporanga
 - Porto de Capuaba – construção dos berços de atracação 101 e 102
 - Porto de Vitória – construção dos berços de atracação 201 e 202 e de defensas
- **Orçamento das obras paradas.** Rodovias: R\$ 160 milhões. Portos: R\$ 1,6 milhão

RÁPIDAS

Governo quer vetar alta do limite do Simples

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse ontem que o governo poderá vetar algumas mudanças realizadas pelo Congresso no texto da Medida Provisória 252, a MP do Bem. Observando que não gostaria de antecipar essas decisões, o ministro informou, no entanto, que o governo analisa a possibilidade de vetar o aumento do limite para enquadramento das empresas no Simples, o sistema simplificado de recolhimento de impostos e contribuições federais. A mudança promovida pelo Congresso custará R\$ 1,8 bilhões a mais aos cofres públicos. O governo estuda também o encaminhamento de um novo projeto ao Congresso para reformular esse sistema.

Lula regulamenta retaliação à China

Mais de quatro meses depois da decisão tomada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), o governo finalmente publicou ontem, no *Diário Oficial da União*, os dois decretos que regulamentam o mecanismo de salvaguardas contra as importações de produtos chineses. Um deles regula a aplicação das barreiras comerciais contra produtos têxteis e terá validade até dezembro de 2008. O outro, para os demais setores, fica em vigor até dezembro de 2013. “O governo está agora legalmente aparelhado para receber os pleitos do setor privado”, afirmou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.